



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Câmara Técnica de Normas Contábeis e de
Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)**

PAUTA DA 27ª REUNIÃO

MAIO/2019

MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA

Paulo Guedes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcelo Guaranys

SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA

Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Gabriela Leopoldina Abreu

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO FISCAL

Claudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

CHEFE DO NÚCLEO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

Renato Perez Pucci

CHEFE DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DA FEDERAÇÃO

Leandro Moreira Souto

Fone: (61) 3412-3804

Pauta CTCONF

Local: Auditório ENAP – Campus Jardim

Data: Terça-Feira (07/05/2019)

Item 1 – Abertura e Informes

07/05/2019 – Terça-Feira – Horário: 9 às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

- **Item 1.1 – Abertura: Mensagem do Secretário do Tesouro Nacional, Subsecretária de Contabilidade Pública e do Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação**
- **Item 1.2 – Informe: Relacionamento Setor Público com CFC**
 - Termo aditivo com o CFC
 - Ações do CFC referentes a informações inconsistentes enviadas ao Siconfi
- **Item 1.3 – Informe: Decreto e Portaria de Requisitos Mínimos**
 - Status da tramitação
- **Item 1.4 - Informe: FOCAL e SBCASP**
- **Item 1.5 - Decreto nº 9.759/2019 – Extinção de Colegiados**

Item 2 – Aspectos contábeis e fiscais referentes aos precatórios

07/05/2019 – Terça-Feira – Horário: 11 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar um texto inicial do projeto de revisão da forma de contabilização dos Precatórios em Regime Especial, bem como analisar eventuais implicações fiscais.

Contextualização

Atualmente o tema é tratado na Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos do MCASP, entretanto, há necessidade de padronizar os procedimentos contábeis, tendo em vista que não há uniformidade de contabilização. Além disso, as recentes alterações legislativas (EC 94/2016 e EC 99/2017) trouxeram inovações que devem ser avaliadas sob os aspectos contábeis e fiscais.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento e propor contribuições aos estudos iniciais para aprimoramento do conteúdo a ser incorporado à 9ª edição do MCASP.

Aspectos Específicos de Discussão

- Adequação do modelo de contabilização proposto à legislação que rege os Precatórios em Regime Especial;
- Confrontação do modelo de contabilização proposto com as práticas atuais, de modo a identificar pontos de ajuste;

Item 3 – ACT STN/IRB-Atricon

07/05/2019 – Terça-Feira – Horário: 14 às 15:30h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar o andamento do Acordo de Cooperação Técnica entre a STN e o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, com destaque aos Planos de Trabalho dos subgrupos.

Contextualização

Com vistas a estimular a transparência na gestão fiscal, apoiar o exercício do controle social, racionalizar os custos de controle e regulação, reduzir divergências e duplicidade de informações, promover a transferência de conhecimentos e harmonizar conceitos e procedimentos referentes às normas da execução orçamentária, financeira e patrimonial, foi celebrado em março de 2018 um Acordo de Cooperação Técnica entre a STN e os Tribunais de Contas, representados por IRB e Atricon. O presente ACT entrou recentemente em seu terceiro estágio, com a definição dos Planos de Trabalho para cada um de seus oito subgrupos (#1 - Harmonização de Conceitos e Procedimentos de Gestão Fiscal, #2 - Matriz de Saldos Contábeis e Compartilhamento de Dados, #3 - Requisitos Mínimos de Qualidade dos SIAFICs, #4 - Padronização de Conceitos e Regras de Contabilização (NBC TSP e MCASP), #5 – Harmonização de conceitos e procedimentos em relação ao SIOPS e ao SIOPE, #6 – Regimes Próprios de Previdência, #7 – Auditoria Financeira e #8 – Consórcios Públicos). Os Planos de Trabalho serão apresentados nesta reunião, em conjunto com

Ação esperada dos membros

Analisar os Planos de Trabalho e propor aprimoramentos, tanto em aspectos técnicos quanto estratégicos.

Item 4 – FUNDEB – Impactos na utilização do superávit e nos impostos destinados aos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza

07/05/2019 – Terça-Feira – Horário: 15:30 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Discutir e, se possível, definir os entendimentos a serem inseridos no MDF relacionados à composição da base de cálculo do FUNDEB em relação ao ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza e aos impactos no cumprimento do mínimo constitucional relacionados à existência de acréscimo e de superávit do FUNDEB.

Contextualização

A STN recebeu dois questionamentos relacionados ao FUNDEB e, como não há definição no MDF sobre esses assuntos, o tema será apresentado na CTCONF para discussão e definição da orientação.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar considerações para subsidiar as votações.

Aspectos Específicos para Discussão

1. Incidência ou não do percentual de 20% do FUNDEB sobre os impostos que são destinados aos Fundos Estaduais de Combate à Pobreza.

O MDF dispõe que não poderá ser deduzida da base de cálculo das receitas, para fins de apuração dos percentuais de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, qualquer parcela de receita vinculada ao Fundo de Combate à Pobreza, ou qualquer outra parcela de receita vinculada a fundo ou despesa, mas não trata do impacto desses valores na base de cálculo do FUNDEB.

2. Impactos no cumprimento do mínimo constitucional relacionados à existência de acréscimo e de superávit do FUNDEB.

O MDF dispõe atualmente que, na apuração do cumprimento do percentual mínimo de aplicação em educação, o valor referente ao acréscimo do FUNDEB (diferença a maior entre recursos recebidos do FUNDEB e a parcela de contribuição ao FUNDEB) seja deduzido integralmente, mesmo que ocorra superávit do FUNDEB exercício.

Local: Auditório ENAP – Campus Jardim

Data: Quarta-Feira (08/05/2019)

Item 5 – Definição das Novas Estruturas do MCASP e MDF

08/05/2019 – Quarta-Feira – Horário: 9 às 10:30h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Deliberar sobre as propostas de novas estruturas para futuras edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Apresentar as alterações inseridas na 10ª edição do MDF.

Contextualização

Na reunião da CTCONF realizada em novembro de 2018, foi apresentado o modelo proposto para a próxima edição do MCASP, bem como algumas ideias para a reformulação do MDF. Após as discussões, foi criado tópico no Fórum da Contabilidade para o recebimento de sugestões de aprimoramento do MDF.

A estrutura do MCASP precisa se adaptar ao rol de procedimentos contábeis patrimoniais definidos na Portaria STN nº 548/2015 e consolidar os procedimentos patrimoniais, específicos e orçamentários por cada procedimento contábil, de maneira que, ao se utilizar o Manual não haja necessidade de consultar partes diferentes para um mesmo tema ou procedimento contábil. Dessa forma, foi repensada a forma como o MCASP está estruturado atualmente e elaborada uma proposta de índice para orientar as alterações a serem promovidas na 9ª edição.

Em relação ao MDF busca-se a possibilidade de uma leitura mais fluida e um acesso mais fácil à descrição de cada rubrica ou campo dos demonstrativos fiscais.

Ação esperada dos membros

MCASP: Definir a forma como o conteúdo do MCASP e do MDF deverão ser apresentados nas próximas edições a serem publicadas.

Aspectos Específicos de Deliberação/Informação

- Deliberar a proposta de índice do MCASP apresentada.
- Deliberar sobre o modelo proposto para o MDF
- Avaliar as regras dispostas na 10ª edição do MDF, válida para o exercício de 2020, em relação às alterações promovidas na LRF por meio da LC nº 164 de 2018.
- Despesas com Pessoal das organizações da sociedade civil nos limites apurados no RGF

Item 6 – IPC de Fonte de Recursos

08/05/2019 – Quarta-Feira – Horário: 10:30 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Discutir as regras de operacionalização de Fonte de Recursos na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de obter harmonização de procedimentos entre os entes da federação. Neste sentido será apresentada minuta de Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC para deliberação.

Contextualização

A aplicação da Fonte de Recursos é motivo de diversos questionamentos ao fale conosco da Secretaria do Tesouro Nacional. Não existe um documento que oriente sobre as regras de utilização da fonte na previsão e execução orçamentária, o controle por Disponibilidade de Destinação de Recursos - DDR e o controle do superávit e dos restos a pagar. Assim, foi editada uma minuta de IPC para normatizar e padronizar a aplicação da Fonte de Recursos, tendo em vista a implantação da Matriz de Saldos Contábeis.

Ação esperada dos membros

Deliberar a minuta de IPC, observando os aspectos específicos da aplicação da Fonte de Recursos na execução financeira e orçamentária de cada ente.

Aspectos Específicos de Deliberação

- Metodologia adotada para estabelecimento do modelo de aplicação da Fonte de Recursos;
- Estrutura de codificação das fontes de recursos;

Item 7 – Renúncia de Receita – aspectos contábeis, fiscais e transparência

08/05/2019 – Quarta-Feira – Horário: 14 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar o relatório elaborado pelo Subgrupo a respeito da evidenciação de renúncias de receitas e deliberar sobre os encaminhamentos propostos.

Contextualização

Conforme deliberado na 26ª reunião da CTCONEF, em outubro de 2018, foi criado um Subgrupo específico para avaliar a possibilidade de padronizar o registro, controle e evidenciação de renúncia de receitas no âmbito da Federação. Os trabalhos desenvolvidos pelo Subgrupo serão apresentados aos demais membros da Câmara Técnica.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento da relevância do tema e do arcabouço conceitual desenvolvido pelo Subgrupo a fim de subsidiar o registro e evidenciação de renúncias de receitas.

Aspectos Específicos de Discussão

- Avaliar os principais desafios à padronização do registro e evidenciação de renúncia de receitas, conforme apontados no relatório do Subgrupo.
- Deliberar sobre os encaminhamentos propostos no relatório do Subgrupo.

Local: Auditório ENAP – Campus Jardim

Data: Quinta-Feira (09/05/2019)

Item 8 – Matriz de Saldos Contábeis

09/05/2019 – Quinta-Feira – Horário: 09 às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a evolução dos trabalhos relacionados à Matriz de Saldos Contábeis (MSC) em suas mais diversas vertentes – aspectos normativos-legais para 2019, estratégia de apoio aos entes subnacionais na elaboração da MSC (vídeos e workshops), dentre outros.

Contextualização

A MSC é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, com o objetivo de gerar relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de possibilitar o acesso a informações mais detalhadas da contabilidade de cada ente governamental. Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares, produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido, semelhante a um balancete de verificação. Nesta reunião serão apresentados aspectos referentes a:

- Portaria STN nº 117/2019;
- Reporte da entrega da MSC no exercício de 2019;
- Vídeos e materiais com orientações acerca da MSC;
- Resultado da Consulta Pública acerca da MSC de Encerramento;
- Potencial de análise das MSC recebidas;
- Envio de dados em 2020

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos MSC, tanto nos aspectos técnicos quanto estratégicos.

Item 9 – Ranking da Qualidade de Informações Contábeis e Fiscais

09/05/2019 – Quinta-Feira – Horário: 11 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as novas regras a serem aplicadas no conjunto dos dados contábeis e fiscais recebidos pelo Siconfi.

Contextualização

Dando sequência ao conjunto de verificações já colocado em prática e apresentado à CTCONF, a STN apresentará

Verifica-se que, muitas vezes, as contas dos entes enviadas à STN para a consolidação das contas públicas (em especial, os demonstrativos fiscais, a DCA e a MSC) não se encontram aderentes ao marco legal (requisitos mínimos, legislação, etc.) e às disposições dos Manuais (MCASP e MDF). Neste sentido, têm sido implantadas, de forma gradual, regras de verificação desta aderência, possibilitando que os entes tenham conhecimento dos aspectos que precisam ser ajustados em sua contabilidade. A estratégia a ser seguida é a de implantação progressiva de regras de validação e de indicadores da qualidade da informação utilizada

para a consolidação nacional e por esfera de governo prevista no art. 51 da LRF. Ressalta-se que essas regras impactarão, inclusive, no volume de transferências voluntárias recebidas pelos entes conforme disposições da Portaria Interministerial nº 424/2016 e pode constituir-se como um instrumento de auxílio aos Tribunais de Contas no exercício de suas funções institucionais.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento do resultado da aplicação do primeiro conjunto de regras, bem como das estratégias futuras. Apresentar aspectos relevantes a serem considerados quando da elaboração das verificações e de rankings.

Item 10 – PCASP 2020

09/05/2019 – Quinta-Feira – Horário: 14 às 15h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as principais alterações promovidas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, versões Federação e Estendido.

Contextualização

Os entes vêm solicitando modernização do PCASP para ajuste de distorções identificadas na estrutura de codificação, bem como para atender a algumas necessidades específicas. Após a criação do Subgrupo do PCASP em 2017, muitas alterações foram realizadas na versão do PCASP a ser válido no exercício 2019, incluindo o anexo III da IPC 00. Entretanto, ainda restaram pontos importantes a serem tratados, o que foi nesta versão do PCASP 2020, a fim de garantir a padronização do plano de contas a nível nacional, estimulando assim a utilização por parte de todos os entes federados.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca das atualizações promovidas no PCASP Federação e PCASP Estendido.

Item 11 – Ementário da Receita 2020

09/05/2019 – Quinta-Feira – Horário: 15 às 16h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as alterações na estrutura da codificação da receita orçamentária por natureza (Ementário da Natureza da Receita).

Contextualização

Frente às necessidades específicas dos entes federados, tornou-se necessária a discussão a respeito da alteração da classificação por natureza da receita orçamentária. A Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/200, foi alterada pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 5/2015, a qual estabeleceu a nova estrutura de codificação para a classificação por natureza da receita orçamentária. Dessa forma, foi elaborado Ementário da Natureza da Receita a fim de elencar as classificações válidas para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o qual anualmente é atualizado, a fim de contemplar as necessidades dos entes federados.

Ação esperada dos membros

Pauta da 27ª Reunião da Câmara Técnica – CTCONF – Maio/2019

Tomar conhecimento acerca das atualizações promovidas no ementário da receita.

Item 12 – RPPS – Procedimentos a serem inseridos no MCASP

09/05/2019 – Quinta-Feira – Horário: 16 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

~~Apresentar o andamento da revisão da IPC para contabilização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em conformidade com as alterações promovidas no PCASP 2020.~~

Contextualização

~~Procurando alinhar-se aos padrões contábeis internacionais bem como à recente adoção do PCASP para contabilização dos regimes próprios de previdência dos servidores, faz-se oportuno apresentar o andamento da revisão dos aspectos contábeis e fiscais do RPPS. Embora a IPC que trata do tema tenha sido elaborada recentemente, muitos procedimentos não foram incorporados por limitações de contas do PCASP, sendo assim com a edição do PCASP 2020 será possível inserir alterações significativas nas rotinas de RPPS.~~

Ação esperada dos membros

~~Tomar conhecimento acerca das alterações propostas e apresentar sugestões de aprimoramento.~~

Item 12 – Potencialidades no Uso de Dados de Finanças Públicas dos Entes da Federação

09/05/2019 – Quinta-Feira – Horário: 16 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as potencialidades decorrentes do uso de informações de finanças públicas dos entes subnacionais, por meio i. do projeto de expansão de uso de dados do Siconfi; e ii. da modelagem e análise dos dados do BSPN.

Contextualização

Uma vez recebidos os dados contábeis e fiscais dos entes da Federação conforme os ditames legais, são apresentadas iniciativas no sentido de agregar valor a eles, gerando informação útil para o processo de tomada de decisões ou mesmo estudos diversos. Duas iniciativas se destacam neste contexto: o uso da MSC como fonte de dados para gerar informações úteis aos mais diversos propósitos e a modelagem do BSPN de modo a possibilitar a criação de indicadores contábeis diversos.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca das iniciativas promovidas no sentido de gerar informações úteis para os usuários da informação contábil, a partir dos dados de finanças públicas dos entes da Federação.

Local: Auditório ENAP – Campus Jardim

Data: Sexta-Feira (10/05/2019)

Item 13 – Processo de Convergência e Plano de Trabalho CFC

10/05/2019 – Sexta-Feira – Horário: 09 às 11h30

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP) em discussão pelo Grupo Assessor do Conselho Federal de Contabilidade.

Contextualização

O Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, já com a nova composição dada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no ano de 2015, possui uma agenda ativa voltada às ações para a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) às *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Nesse sentido, esta reunião discutirá as NBC TSP do *Release 5*, bem como os impactos para implementação nos entes da Federação. Serão apresentadas as normas de Divulgação de Partes Relacionadas, Políticas Contábeis, Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, Eventos Subsequentes e Agricultura.

Ação esperada dos membros

Avaliar a evolução e discutir os aspectos específicos de cada norma, além de opinar acerca da evolução do processo de convergência à luz do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Item 14 – Encaminhamentos finais / Encerramento

10/05/2019 – Sexta-Feira – Horário: 11h30 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

- Apresentação e resumo dos principais encaminhamentos da reunião à luz das discussões e apontamentos, bem como a definição de prazos e responsáveis;
- Apresentação da pré-pauta para a próxima reunião;
- Apresentação dos status dos projetos em andamento;
- Considerações finais;
- Encerramento da reunião.